

VISÃO DO CORREIO

A tragédia do mercúrio

A contaminação de rios amazônicos pelo despejo de mercúrio é antiga. E histórica é a omissão do poder público em combater a prática. O problema volta ao primeiro plano do clamor nacional com a informação de que mil bebês de Itaituba (PA) exibem no sangue concentrações anormais do metal. Representam 60% de recém-nascidos em três maternidades, segundo diagnóstico do Instituto Evandro Chagas (IEC), do Ministério da Saúde.

O fenômeno resulta da ingestão pelas mães de peixes oriundos de correntes fluviais expostas à poluição. O mercúrio é um metal pesado de uso comum na exploração de garimpos em diversas regiões do país, com incidência maior na Amazônia. O produto é aplicado em estado líquido sobre as rochas retiradas do subsolo para isolar as insurgências de ouro. No final do processo, já solidificado, é derretido por lanchas e lançado às águas.

Toda a fauna subaquática é atingida. Torna-se hospedeira da tragédia que, mais tarde, vai comprometer a saúde de milhares de pessoas e, até, expô-las ao risco de morte. É de conhecimento geral que os garimpos manuais operam em quase toda a bacia amazônica. O Tapajós e o Madeira figuram entre os principais rios alvo da atividade garimpeira, fato notório há

décadas. Até agora a fiscalização tem sido leniente e a repressão mais ainda.

A presença de mercúrio no organismo acima das taxas admitidas pela Organização Mundial de Saúde causa danos muito sérios, quase todos irreversíveis. Entre outros, cumpre destacar disfunções no sistema nervoso, anemia, diarreia aguda e sanguinolenta, queda dos dentes e complicações renais. A contaminação aguda pode matar em dois dias.

O esforço do IEC em identificar e estimar o número de vítimas no município de Itaituba, para efeito de prescrever tratamento adequado, é iniciativa importante. Mas, como quase tudo no Brasil, tem apenas caráter paliativo. Urge que os órgãos oficiais de controle exerçam fiscalização intensa sobre a extração manual de ouro para evitar o sacrifício de populações inteiras.

O corte de despesas orçamentárias para manter o equilíbrio das contas públicas é argumento inválido para justificar a supressão de gastos na execução de tarefas do gênero. Os dispêndios com assistência médica aos contingentes contaminados serão bem maiores e crescentes do que os recursos para eliminar o problema.

É preciso não ignorar que o depósito nos rios de dejetos da espécie convertem águas potáveis em veneno, recurso natural ameaçado de redução drástica nas próximas décadas. Itaituba é apenas referência para intuir a extensão do infortúnio em áreas mais remotas do país.